

HOMOLOGADO

O Conselho de Administração

Concurso n.º 1/2022

**AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA DIGITAL DIRETA COM
TOMOSSÍNTESE NO CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES**

Concurso n.º 1/2022

**AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA DIGITAL DIRETA COM
TOMOSSÍNTESE NO CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES**

Programa de Procedimento

Classificação CPV:

Vocabulário principal 33111650

Programa do Procedimento

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MAMOGRAFIA DIGITAL DIRETA COM TOMOSSÍNTESE NO CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES

Secção I – Disposições Gerais

1. Objeto do Concurso

- 1.1** O presente contrato tem por objeto o Concurso Público para aquisição e instalação de equipamento de mamografia digital direta com tomossíntese no Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde (doravante COA), com as especificações técnicas e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.
- 1.2** O procedimento de contratação adotado segue a forma de Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
- 1.3** A aquisição é efetuada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, dimensão resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

2. Entidade Adjudicante

- 2.1** A Entidade Adjudicante é a Secretaria Regional da Saúde e Desporto - Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde (doravante COA).
- 2.2** A decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada pelo Secretário Regional da Saúde e Desporto através do Despacho n.º 2475/2022 de 14 de dezembro de 2022, tendo sido delegado no conselho de administração do Centro de Oncologia dos Açores Professor Doutor José Conde os poderes para a prática de todos os atos relativos ao procedimento de contratação pública referido no número 1 que, nos termos da lei, incumbam à entidade competente para a decisão de contratar, incluindo a adjudicação e a outorga do contrato, bem como os relativos à execução do contrato.

3. Admissão de concorrentes

- 3.1** Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente Procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e

artigo 33º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na lei, no Programa de Concurso e no Caderno de encargos.

4. Impedimentos

4.1 Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:

- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que entretanto tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
- c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e igualdade e não

discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;

- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i. Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
 - ii. Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
 - v. Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;

- vi. Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
- i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
- k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
- l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.

4.2 Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

4.3 Tendo por base as circunstâncias específicas a entidade adjudicante poderá relevar algum dos impedimentos nos termos previstos no artigo 55º-A do Código dos Contratos Públicos

5. Agrupamentos

5.1 Ao concurso poderão apresentar-se como concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

- 5.2** Quando os concorrentes forem um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, devem ser apresentados por todos os seus membros;
- 5.3** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da candidatura, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato, se for o caso.
- 5.4** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, por qualquer forma de associação regulada pelo quadro legal vigente, designadamente, na modalidade jurídica de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas devendo, se optarem pela constituição de consórcio externo, as entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de Julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e dela dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.
- 5.5** Os membros de um Agrupamento Candidato não podem ser Candidatos neste procedimento de forma isolada, nem integrar outro Agrupamento Candidato.
- 5.6** As entidades que compõem o agrupamento devem designar um Representante Comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente Procedimento, incluindo a assinatura da Proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem.
- 5.7** Salvo disposição imperativa da lei em sentido contrário, qualquer alteração, nomeadamente cessão de posição, ao Agrupamento Candidato depende de prévia autorização escrita da Entidade Adjudicante.

6. Peças do Procedimento

- 6.1** O presente procedimento rege-se pelo disposto no presente Programa, no Caderno de Encargos e respetivos Anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer

parte integrante do presente procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.

6.2 As peças do procedimento previstas no número anterior são integralmente disponibilizadas na plataforma de contratação pública **acinGov**, desde o dia da publicação do anúncio.

7. Júri do Procedimento

7.1 O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes.

7.2 Compete ao júri, nomeadamente:

- a) Proceder à apreciação das propostas;
- b) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados;
- c) Elaborar relatórios de análise das propostas;
- d) Proceder à audiência prévia dos concorrentes.

7.3 Compete ainda ao júri os demais atos que se venham a revelar necessários no âmbito do presente procedimento, excluindo aqueles cuja delegação está vedada nos termos do Código dos Contratos Públicos.

7.4 O júri poderá ser auxiliado por peritos para o apoiarem nas suas funções.

8. Esclarecimentos, retificações e alteração das peças de procedimento

8.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

8.2 Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

8.3 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção daqueles que por eles apenas

- pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 8.4** O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º.
- 8.5** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 8.6** O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto nos números anteriores.
- 8.7** Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido neste artigo, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- 8.8** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento.
- 8.9** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 8.10** A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista, justifica a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
- 8.11** Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.
- 8.12** A prorrogação do prazo de apresentação de propostas aproveita todos os interessados.

8.13 A eventual prorrogação do prazo de apresentação das propostas não terá influência nos prazos relativos aos pedidos de esclarecimentos, exceto no que se concerne a elementos do programa de procedimento cuja alteração tenha originado a respetiva prorrogação.

9. Visitas ao local de fornecimento

9.1 O local de prestação dos serviços objeto do fornecimento é o COA.

9.2 Durante o prazo para a entrega das propostas, são facultadas visitas ao local onde será instalado o equipamento objeto do fornecimento, aos interessados que o requeiram diretamente ao COA.

9.3 As visitas deverão ter por objeto, designadamente conferir as condições físicas do espaço a instalar o equipamento disponibilizado pela entidade adjudicante.

9.4 As visitas referidas nos números anteriores são efetuadas nas datas e de acordo com a metodologia definida, na sequência da receção de cada pedido de visita, em articulação com o COA.

9.5 Os concorrentes não podem, em caso algum, para efeito do cumprimento das suas obrigações decorrentes do procedimento, invocar o desconhecimento dos locais onde serão instalados os equipamentos objeto do fornecimento ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à Entidade Adjudicante.

9.6 As visitas aos locais onde serão instalados os equipamentos objeto do fornecimento têm a natureza complementar do Caderno de Encargos e não têm, em caso algum, efeito sobre a contagem dos prazos previstos no Programa do Procedimento.

Secção II - Propostas

10. Documentos que integram a Proposta

10.1 A proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, de apresentação obrigatória:

- a)** Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro, ou Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) referido no **Anexo I** do programa, nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do CCP e do n.º 3 do artigo 35º do Decreto Legislativo Regional n.º

27/2015/A de 29 de dezembro, devidamente e assinado(a) pelo concorrente ou pela(s) pessoa(s) com poderes para o obrigar;

b) Quadro resumo constante no modelo do **Anexo II onde conste, designadamente:**

- i. Preço Total, o qual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no Caderno de Encargos, incluindo todos os pagamentos em que se incorre, o valor respeitante ao equipamento e à respetiva valorização da retoma do equipamento atual, caso aplicável, com respeito pelo preço base previsto no Caderno de Encargos;
- ii. Prazo de garantia técnica e manutenção do equipamento, com respeito pelo parâmetro base mínimo constante da Cláusula 11.ª do Caderno de Encargos;
- iii. Preço dos contratos de manutenção após o período de garantia, nas modalidades e termos e condições mínimas previstas no ponto I do Anexo I do Caderno de Encargos, numa perspetiva de utilização durante 10 anos, onde se inclui (i) assistência técnica gratuita durante o período de garantia (pelo menos o previsto no caderno de encargos), (ii) assistência técnica no período pós garantia com inclusão de todas as peças necessárias às reparações e substituições recomendadas pelo fabricante, até ao final do 10º ano de utilização.

c) Documentação a apresentar nos termos do previsto na **alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, nomeadamente:**

- iv. Catálogos e especificações técnicas (*data sheet*) do fabricante, relativas ao equipamento a concurso (incluindo os referidos no quadro resumo modelo do **Anexo II** e incluindo os modelos e especificações das portas referidas no n.º 5 da cláusula 12ª do caderno de encargos);
- v. Prazo e cronograma de entrega do equipamento, desmontagem do equipamento existente, fornecimento, instalação e formação;
- vi. Documento comprovativo da marcação CE;
- vii. Programa dos testes de receção técnica e aceitação de todos os equipamentos, sistemas obras e instalações;
- viii. Programa detalhado de formação;
- ix. Declaração com o período, condições e âmbito da garantia e condições da assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos, nomeadamente substituição de

peças, tempo de resposta aos pedidos de intervenção, cobertura horária, etc., bem como indicação dos componentes, acessórios ou consumíveis da garantia que possam implicar encargos para o COA e respetivos custos;

- d) Documento com estimativa de procedimentos e custos inerentes à recolha, reciclagem ou abate dos equipamentos.
- e) Documento com identificação das entidades subcontratadas ou a subcontratar para o fornecimento, se aplicável;

10.2 A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, caso seja isento indicar a legislação correspondente.

10.3 As propostas e todos os documentos que se lhe associarem, devem ser redigidas em língua portuguesa, com exceção dos mencionados nas subalíneas iv. e vi. da alínea c) que poderão ser apresentadas em língua inglesa, sem prejuízo da entidade adjudicante, ou o júri, solicitarem traduções devidamente certificadas em caso de dúvidas.

10.4 As memórias descritivas a que se referem as alíneas anteriores devem descrever com suficiente detalhe o tipo de equipamento, as respetivas características e especificações, de forma a ser possível apurar, de modo claro e inequívoco, o cumprimento dos requisitos legais e das características, especificações e requisitos mínimos previstos no Anexo I do Caderno de Encargos, bem como todas as informações que devem constar das propostas.

10.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do ponto 11.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

10.6 Para efeitos da análise dos custos do ciclo de vida do contrato, nos termos do nº4 do artigo 18.º do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro, considera-se a apresentação dos documentos previstos no número 1 deste artigo, nomeadamente durante o período de vida dos equipamentos a 10 anos, sendo que a entidade adjudicante utilizará como metodologia para avaliação dos mesmos os dados relativos aos custos relacionados diretamente com a aquisição, a utilização e manutenção, os consumos de energia e outros recursos dos equipamentos e os custos de fim de vida, tais como custos inerentes à recolha e reciclagem dos equipamentos.

11. Classificação de documentos

- 11.1** Por motivos de segredo comercial, industrial ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Candidatura e a Proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
- 11.2** A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Candidatura e a Proposta será notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, respetivamente.
- 11.3** Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos pontos anteriores.
- 11.4** Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as Candidaturas e/ou as Propostas, o Júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
- 11.5** Quando, por força da classificação de documentos que constituem a Candidatura ou a Proposta, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, respetivamente, o Júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

12. Apresentação de propostas variantes

Não são admitidas propostas com variantes.

13. Preço anormalmente baixo

- 13.1** Para efeitos do presente procedimento considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja mais de 40% inferior ao valor da média das restantes propostas a concurso ou quando se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

13.2 Nos casos previstos nos números anteriores, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

13.3 Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente nos termos do número anterior, pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente:

- a) À economia do processo de construção, de fabrico ou de prestação do serviço;
- b) Às soluções técnicas adotadas ou às condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente comprovadamente disponha para a execução da prestação objeto do contrato a celebrar;
- c) À originalidade da obra, dos bens ou dos serviços propostos;
- d) Às específicas condições de trabalho de que beneficia o concorrente;
- e) À possibilidade de obtenção de um auxílio de Estado pelo concorrente, desde que legalmente concedido;
- f) À verificação da decomposição do respetivo preço, por meio de documentos comprovativos dos preços unitários incorporados no mesmo, nomeadamente folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a conformidade dos preços apresentados e demonstrem a sua racionalidade económica;
- g) Ao cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, referidas no n.º 2 do artigo 1.º-A.

14. Modo de apresentação da proposta

14.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação.

14.2 Os concorrentes devem assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e todos os documentos que lhe associarem.

14.3 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

14.4 No caso de compressão de ficheiros em formato *zip* ou outro semelhante todos os documentos individuais comprimidos devem possuir assinatura digital qualificada.

14.5 As propostas só se consideram submetidas depois de finalizado o processo de submissão.

14.6 Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem e da dimensão dos ficheiros a anexar, considerando que esse processo só é aceite pelo júri caso tenha sido realizado na plataforma eletrónica de contratação e até à hora definida para apresentação das mesmas.

15. Prazo para apresentação das propostas

15.1 A proposta deve ser apresentada até às 23:59 horas UTC do **30º dia** contado da data de envio do anúncio para publicação no JOUE.

15.2 O pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do concurso, o prazo referido pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

15.3 As decisões de prorrogação nos termos do disposto no ponto anterior cabem ao júri, e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se de imediato aviso daquelas decisões através de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, Diário da República e Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

15.4 Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação ao Júri, sem prejuízo do direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

16. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 180 dias.

Secção III – Admissão de seleção de concorrentes

17. Critério de adjudicação

18. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o modelo de avaliação constante do **Anexo III** ao presente Programa, que dele faz parte integrante, através do qual avalia 3 fatores:

- a)** Preço de aquisição, com uma ponderação de 20%;
- b)** Qualidade técnica, com uma ponderação de 50%;
- c)** Manutenção e assistência técnica, com uma ponderação de 30%;

19. Em caso de empate, é adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação parcial no fator qualidade técnica, caso o empate subsista, será adjudicada a proposta que obtiver a melhor pontuação parcial no fator preço.
20. Caso o empate subsista, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.
21. A comprovação e avaliação das características técnicas das soluções propostas deverá ser feita através do envio, em anexo à proposta, de catálogos, especificações, *data sheet* ou outros documentos que comprovem com clareza, os vários pontos exigidos pelas especificações técnicas do caderno de encargos e os pontos em avaliação.

22. Análise e exclusão das Propostas

- 22.1 As propostas são analisadas em todos os seus atributos que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.
- 22.2 São excluídas as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou do n.º 2 do artigo 146º do CCP, bem como as que não observem o disposto no Programa de concurso ou no Caderno de Encargos;

23. Esclarecimentos sobre as propostas

- 23.1 O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 23.2 Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto no ponto 22.2.
- 23.3 O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:

- a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.

23.4 O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

23.5 Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão notificados a todos os concorrentes.

24. Relatório Preliminar

24.1 Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de avaliação, no qual propõe a ordenação das mesmas.

24.2 Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72º do Código dos Contratos Públicos e n.º 23 deste Programa.

24.3 No relatório preliminar a que se refere o ponto anterior, o Júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das Propostas pelas razões previstas no ponto 26.2 ou na lei.

25. Audiência Prévia

25.1 A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.

25.2 Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após o envio do Relatório Preliminar pelo júri, para se pronunciarem por escrito sobre o mesmo.

25.3 Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que tenham sido prestadas, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

26. Relatório Final

26.1 Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas iniciais se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos.

26.2 No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

26.3 O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado à Entidade Adjudicante, para decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de seleção das propostas.

27. Notificação da decisão de adjudicação

27.1 A Entidade adjudicante deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

27.2 Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

27.3 Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando a decisão de adjudicação seja tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido neste programa de concurso, a entidade adjudicante deve indemnizar o concorrente que recuse a adjudicação

pelos encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da respetiva proposta

27.4 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos;
- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da Proposta adjudicada.
- c) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato;
- d) Prestar caução, se aplicável.

27.5 As notificações referidas nos pontos anteriores serão acompanhadas do Relatório Final de análise das Propostas.

28. Causas de não adjudicação

28.1 Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

28.2 A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes

28.3 No caso da alínea c) é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

28.4 Quando a Entidade Adjudicante decida não adjudicar, com fundamento no disposto nas alíneas c) e d), deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

28.5 A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

28.6 A deliberação de não adjudicação é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a sua abertura.

28.7 Os concorrentes que, entretanto, tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da deliberação de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura de novo concurso.

28.8 Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d), ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

28.9 A adjudicação caduca:

- a) Se o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, nos prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou em tradução devidamente legalizada;
- b) Não confirmar, quando aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua Proposta. Neste caso, a Entidade adjudicante, deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente;
- c) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações;
- d) Pela ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.
- e) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como no caso de, sendo o adjudicatário um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no programa de concurso, a Entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

28.10 Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando -lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

- 28.11** Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 28.12** Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no programa de concurso, neste caso a Entidade Adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 28.13** Se, por facto que lhe seja imputável, a Entidade Adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no programa de concurso, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, devendo aquele liberar a caução que este eventualmente haja prestado, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta e com a prestação da caução.
- 28.14** No caso previsto no número anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

Secção IV – Contratos

29. Documentos de habilitação

29.1 O adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica de, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- a) Declaração do concorrente de inexistência de impedimentos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo V** ao presente Programa, do qual faz parte integrante, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art. 55º do Código dos Contratos Públicos;

- c) Documento comprovativo de concessão de alvarás, licenças ou autorizações emitido pelo INFARMED ou pela Direção Regional de Saúde, conforme os casos, necessário para o fornecimento dos artigos, quando aplicável;
- d) Certidão comercial;

29.2 São prova bastante do cumprimento da alínea b) do n.º 1 os documentos referidos no art. 83º-A do Código dos Contratos Públicos.

29.3 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.

29.4 Quando os documentos se encontrem disponíveis na Internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

29.5 O órgão competente para a decisão de contratar ou o Júri pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

29.6 Para efeitos da verificação das habilitações referidas nos pontos anteriores, o adjudicatário pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratados, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

29.7 O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

30. Caução

30.1 Se o preço contratual for inferior a € 200.000, não é exigível caução nos termos do n.º 2 do artigo 43º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro.

30.2 Se o preço contratual for igual ou superior a € 200.000, Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, é exigida caução no valor de 2% do valor contratual.

30.3 A caução será prestada no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação de adjudicação.

30.4 A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o modelo previsto no Erro! A origem da referência não foi encontrada..

31. Minuta e celebração do contrato

31.1 A minuta do é aprovada pela Entidade Adjudicante em obediência ao disposto no artigo 96º, do Código dos Contratos Públicos.

31.2 Da minuta do Contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos expressamente pela Entidade Adjudicante do contrato que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos.

31.3 A Entidade adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

31.4 A Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.

31.5 A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos definidos no artigo 102º do Código dos Contratos Públicos.

31.6 Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

31.7 A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Confirmados os compromissos de terceiros.

31.8 A Entidade Adjudicante comunica ao adjudicatário, o prazo para a outorga e remessa do contrato eletronicamente, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

Secção V – Disposições finais

32. Encargos do concorrente

32.1 São encargos do concorrente, todas as despesas inerentes à elaboração da proposta e prestação da caução.

33. Comunicações

33.1 As comunicações relacionadas com o presente procedimento de contratação no que diz respeito a pedidos e resposta a esclarecimentos, listas de erros e omissões e apresentação de propostas serão efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação.

33.2 Salvo quando referido em contrário neste Programa de Procedimento, todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento serão efetuados em português, sendo igualmente redigido em língua portuguesa o contrato a celebrar.

34. Regime legal aplicável

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Programa, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e respetivas alterações e regulamentação e as regras especiais previstas Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) é um documento pelo qual a própria empresa declara que possui uma situação financeira e capacidades para participar num procedimento de contratação pública. Está disponível em todas as línguas da UE e será utilizado como comprovativo prévio do cumprimento das condições exigidas nos procedimentos de contratação pública em toda a UE. Graças ao DEUCP, os proponentes já não precisarão de apresentar todas as provas documentais e formulários anteriormente utilizados nos procedimentos de contratação pública na UE, o que se traduz numa simplificação significativa do acesso a oportunidades de contratação além-fronteiras. A partir de outubro de 2018, o DEUCP passará a existir apenas em formato eletrónico.

A Comissão Europeia disponibiliza um serviço Web gratuito para ajudar os adquirentes, proponentes e outras partes interessadas no preenchimento em linha dos DEUCP. O formulário em linha pode ser preenchido, impresso e enviado ao adquirente juntamente com a proposta. Se o procedimento for gerido eletronicamente, o DEUCP pode ser exportado, armazenado e apresentado por via eletrónica. Os DEUCP entregues no quadro de um procedimento de contratação anterior poderão ser reutilizados, desde que a informação continue a estar atualizada. Os proponentes poderão ser excluídos do procedimento ou mesmo ser objeto de procedimento criminal se as informações que apresentarem no DEUCP forem enganosas, se ocultarem informações ou se as informações não puderem ser comprovadas por documentação de apoio.

Disponível em: [ESPD \(base.gov.pt\)](https://base.gov.pt/ESPD)

www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DOS ATRIBUTOS

A) Modelo de apresentação dos atributos quantitativos

PROPOSTA PARA	DESCRIÇÃO		OBSERVAÇÕES
Preço Equipamento (devendo incluir a contabilização da retoma se aplicável)		[Preço]	
Prazo Garantia		[Prazo]	*inclui o prazo obrigatório e o prazo adicional proposto se aplicável
Preço Manutenção		[Preço]	

B) Modelo de resumo da apresentação de aspetos submetidos à concorrência

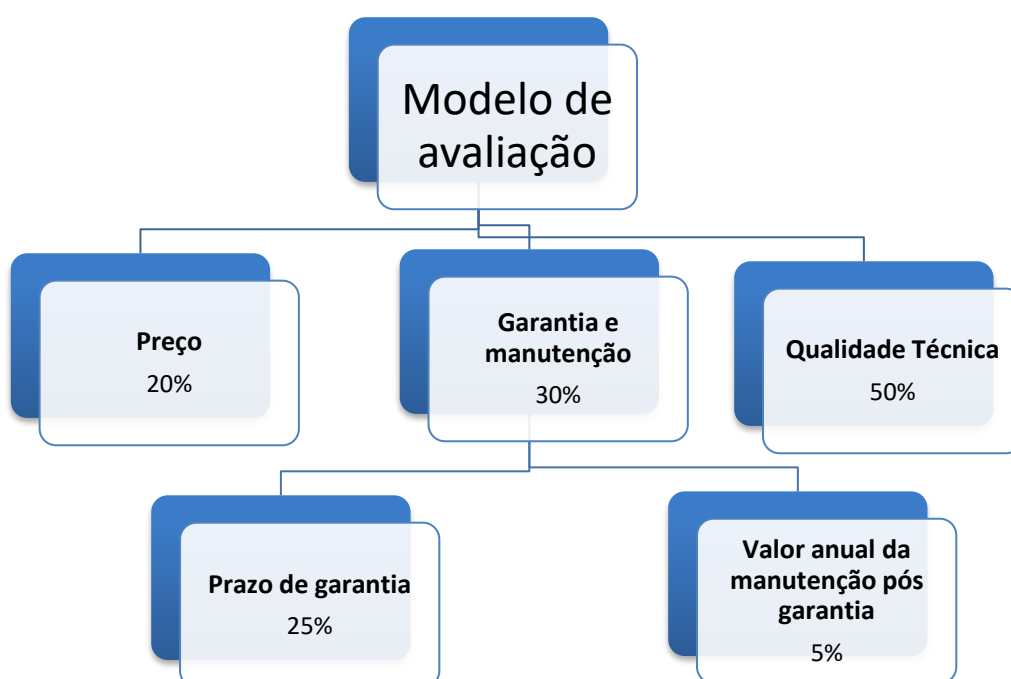
Fator avaliado	Proposta	OBSERVAÇÕES
<i>(correspondente aos parâmetros pontuáveis no fator Qualidade Técnica referidos nas tabelas do anexo III do programa de procedimento)</i>	<i>(atributo da proposta nesse fator)</i>	<i>(p.ex. local onde se encontra referenciado na proposta e documento comprovativo)</i>
...

ANEXO III

MODELO DE AVALIAÇÃO

Adotou-se, de acordo com o artigo 75º do CCP o **Critério de adjudicação** da proposta economicamente mais vantajosa, densificado através de fatores e subfactores elementares conforme previsto na lei.

Os fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, afetados pelos coeficientes de ponderação percentuais indicados são os seguintes.



A. FATOR PREÇO (FP)

O preço será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$F. PREÇO = \frac{\text{Preço Base} - \text{Preço Proposta}}{\text{Preço Base}} \times 100$$

B. FATOR GARANTIA E MANUTENÇÃO (FG)

Este fator é avaliado em 2 subfatores:

I. **FGI - PRAZO GARANTIA (até o máximo de 5 anos): 25%**

O subfactor Prazo de Garantia será avaliado de acordo com o seguinte:

Um (1) ano adicional de garantia: 50 pontos

Dois (2) anos adicionais de garantia: 100 pontos

II. FGII - VALOR ANUAL DA MANUTENÇÃO PÓS GARANTIA: 5%

O subfactor Valor anual da manutenção pós garantia será avaliado de acordo com o seguinte:

$$P_g = \frac{€ 16.000,00 - \text{Valor proposto}}{€ 16.000,00} \times 100$$

C. FATOR QUALIDADE TÉCNICA

Os concorrentes que apresentarem as seguintes características e funcionalidades para além das mínimas exigidas no caderno de encargos obterão melhoria classificativa de acordo com a tabela seguinte depois de aplicado o fator de ponderação de 50%:

DESCRIPTOR		Pontuação
Compressão automática	Equipamento possui compressão automática, com ajuste de pressão em função da densidade da mama (reprodutível)	10
Redução de dose	Efetua aquisição sem grelha para redução de dose	10
Qualidade imagem a baixa dose	Possui sistemas de redução de dose, com evidencia técnica e clínica (deve ser junta documentação comprovativa)	10
Resolução do detetor	Resolução do detetor $\leq 70\mu\text{m}$	10

Quantificação densidade mamária	Quantificação volumétrica automática da densidade mamária	10
Angulação aquisição tomossíntese	$\geq 50^\circ$	10
	$\geq 25^\circ$	5
Número projeções	> 20	10
	> 10	5
Movimento da ampola	Movimento contínuo da âmpola na aquisição em tomossíntese	10
Compressores	Possui compressores ergonómicos que podem ser utilizados em ambas as aquisições (mamografia digital e tomossíntese)	10
Taxa deteção cancro	Apresenta estudo clínico prospetivo do equipamento que comprova o aumento da taxa de deteção de cancro com a tomossíntese em relação à mamografia 2D (deve ser junta documentação comprovativa)	10
TOTAL		100

D. CLASSIFICAÇÃO FINAL

A classificação final será dada pela seguinte fórmula:

$$CF = FP \times 0,2 + FGI \times 0,25 + FGII \times 0,05 + FQ \times 0,5$$

E. DESEMPATE

Será o previsto no ponto 17 deste programa.

ANEXO IV

MODELO DE CAUÇÃO

Em nome e a pedido _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), um(a) garantia bancária/seguro caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismo e por extenso), destinado(a) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento) nos termos e para os efeitos previsto nos artigos 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o(a) banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objetos do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

_____ (data)

_____ (assinatura)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Art. 40 n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro)

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento [designação do concurso], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto –Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou

crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada

(10) não se encontra nas situações previstas

nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.